

escola **i**nformação

DIGITAL | N.º 42 | MAR./ABRIL 2024

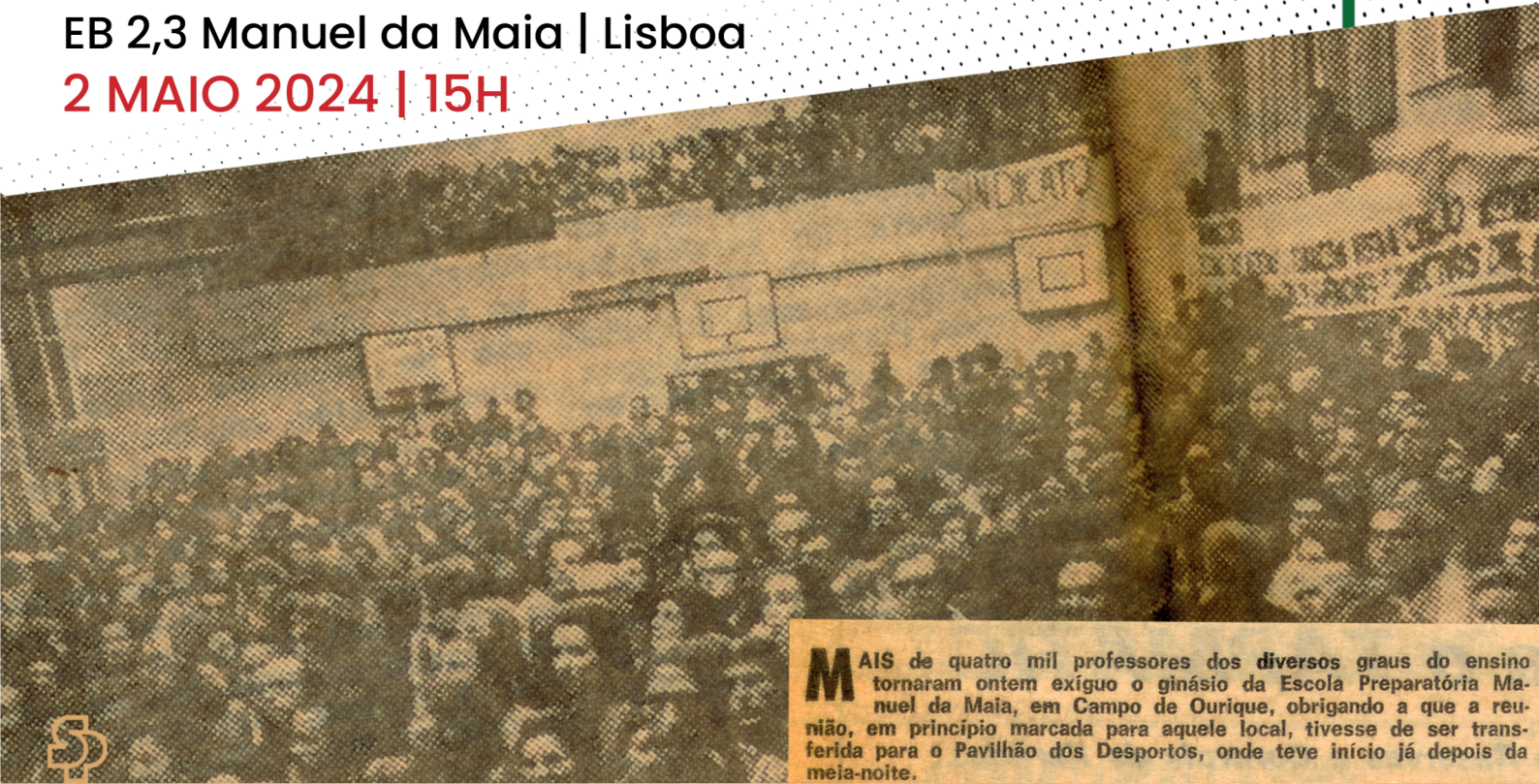
Sessão evocativa dos 50 anos do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

Assembleia Geral de Sócios

50 anos SPGL

EB 2,3 Manuel da Maia | Lisboa

2 MAIO 2024 | 15H



MAIS de quatro mil professores dos diversos graus do ensino tornaram ontem exíguo o ginásio da Escola Preparatória Manuel da Maia, em Campo de Ourique, obrigando a que a reunião, em princípio marcada para aquele local, tivesse de ser transferida para o Pavilhão dos Desportos, onde teve início já depois da meia-noite.

MILHARES DE PROFESSORES CONSTROEM SINDICATO LIVRE

CADERNO

Concerto 50 anos SPGL – Entrevista
a Júlio Resende e Manuel Pires da Rocha
[Brigada Victor Jara] **Pag. 28**

SPGL
SINDICATO
DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

sumário



editorial

3

escola
em movimento

5

reportagem

14

placard sindical

20

cidadania

21

caderno

28

breves

35



Estamos todos convocados para mais esta luta

Os resultados das eleições legislativas de 10 de março deram uma vitória tangencial à coligação da direita entre PSD, CDS e PPM, a qual teve uma votação conjunta inferior à soma das votações do PSD e CDS nas últimas legislativas. Registou-se, também, uma subida exponencial da extrema-direita e uma derrota clara do PS, que perde cerca de 486 mil votos.

Numa análise mais fria destes resultados, poderíamos dizer que a diminuição do apoio eleitoral ao PS se deveu à incapacidade de formar um Governo qualificado, num executivo marcado por situações de incompetência, de arrogância e até de nepotismo. A isto, poderá acrescentar-se o descontentamento face a promessas que nunca se cumpriram, o sub-investimento crónico nos serviços públicos, o fraco crescimento dos salários, a precariedade, os custos da habitação e um rol de trapalhadas a que a comunicação social também deu grande ampliação.

Conhecido o Programa do governo, entretanto já aprovado na AR, no que diz respeito à Educação e Formação, no capítulo 7, confirmam-se as preocupações já manifestadas em relação a um governo ao qual nunca concedemos nenhum estado de graça nem o benefício da dúvida.

Naquele capítulo da Educação, o programa dá relevo a um conjunto de preocupações sobre o sistema educativo, nomeadamente a instabilidade social nas escolas e a gravidade da falta de professores, reconhecendo a importância de uma educação de qualidade e da valorização da profissão docente como forma de atrair jovens para a profissão. Este é um conjunto de preocupações que também subescrevemos, com a diferen-

ça de que nunca poderemos desligar a resolução destes problemas do investimento na Escola Pública.

E aqui começam as preocupações pois, logo a seguir, as medidas que o programa propõe para a resolução destes problemas passam por: “Redefinir o papel do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, atribuindo-lhe responsabilidades de regulador e não de decisor sobre o funcionamento de todas as escolas públicas”.

É neste quadro que o programa admite a valorização da carreira docente, pese embora o facto de o único compromisso verdadeiramente quantificável ser: “Iniciar a recuperação integral do tempo de serviço perdido dos professores a ser implementada ao longo da legislatura à razão de 20% ao ano”.

O programa propõe, ainda, a intenção de alterar o modelo de colocação de professores, retomando propostas derrotadas pela luta dos professores na anterior legislatura. Por exemplo, o recrutamento de docentes pelos diretores volta a ser apresentada, o que é no mínimo estranho, pois trata-se de voltar a abrir uma “guerra” com os professores para quem procura, acima de tudo, que a paz volte às escolas.

Sobre o Ensino Superior, o que se destaca em todo o documento é a necessidade de reforço da ligação às necessidades das empresas, como elemento essencial das políticas de investimento no Ensino e Investigação.

Está claramente em curso uma reconfiguração da Escola Pública, preparando-se o Estado para se demarcar das suas responsabilidades e diminuindo o seu papel na Educação que é, como todos sabemos, um pilar estruturante de qualquer democracia.

Volta a estar na moda a narrativa da atribuição dos vouchers ou “cheques-ensino”, da “liberdade de escolha individual” que já provou ser catastrófica nos países em que foi implementada, reforçando até as condições de pobreza em largos segmentos da população e abrindo as portas ao surgimento de novos pobres.

Serão difíceis os tempos que se avizinham e estamos todos convocados para mais esta luta. E reforçar os sindicatos como esteios neste combate é também uma exigência.

Vamos à luta!●

Ecos dos Professores na Campanha



Jorge Gonçalves
Vice-Presidente SPGL

Durante toda a campanha eleitoral para as eleições legislativas de 10 de março a FENPROF decidiu levar por diante a iniciativa “Professores na Campanha”. Uma iniciativa que se enquadrou no apelo feito para que a luta fosse até ao voto.



Por todo o país se defendeu que a educação e, em particular, a defesa da Escola Pública, assumisse a centralidade num momento tão importante da nossa democracia. As justas reivindicações dos educadores lá estiveram, com um tema diferente em cada dia.

Na área do SPGL os ecos dos professores na campanha chegaram à Praça do Rossio (Lisboa), na manhã de 5 de março, à tarde ao Largo do Seminário (Santarém), sobre o tema da Falta de Professores, a 6 de março na Praça do Bocage (Setúbal), com a Carreira Docente.

Ecos dos professores, reflexos de uma luta consistente, contínua e organizada, que terá certamente de continuar em defesa da Escola de Abril!•



PROFESSORES NA CAMPANHA | SETÚBAL, 6/3/24



PROFESSORES NA CAMPANHA | SANTARÉM, 5/3/24

A nova realidade: perspetivas, ação reivindicativa e Concursos



Cátia Domingues
Vice-Presidente SPGL

No dia 8 de abril, o SPGL realizou um Plenário Online, dirigido a sócios e não sócios, onde foram debatidas questões essenciais da atualidade docente.

O debate teve início com a análise da situação decorrente das eleições legislativas, perspetivas negociais e para a ação reivindicativa, feita pelo Presidente do SPGL, José Feliciano Costa, seguido de um debate bastante participado

Foram também abordadas questões relativas ao Concurso Interno dos professores e educadores, tendo por base o novo Dec. Lei 32-A/2023. Neste ponto foram apresentadas as principais alterações, considerando o novo quadro legal, atendendo às muitas dúvidas existentes em relação ao processo de concurso.

Esta iniciativa contou com a inscrição de mais de 500 professores e educadores, sendo que a sua pertinência e sucesso, se comprovou pela excelente participação dos intervenientes e pela qualidade do debate, tendo o mesmo ultrapassado o tempo previsto.●



Velhas vontades, nunca mais!



António Anes
Vice-Presidente SPGL

Os aplausos que a direita liberal se apressou a tecer ao novo super ministro da Educação, Ciência e Inovação, designadamente da associação de colégios privados e do líder da IL, entre outros, ao invés de surpreenderem são preocupantes.

Recordemos que o agora ministro defendeu o fim definitivo do 14.º mês para os pensionistas e funcionários públicos, incluindo os professores; escreveu nos últimos anos a favor da ligação entre escolas e as empresas; mostrou-se um fervoroso adepto dos rankings que têm promovido os colégios privados... o que exemplifica a consonância entre os elogios que recebeu e o seu pensamento neoliberal e as velhas vontades ansiosas na desvalorização da escola pública. Esta preocupação é ampliada com a nomeação para secretário de Estado Adjunto e da Educação, Alexandre Homem Cristo. Mas desenganem-se os novos inquilinos do Ministério da Educação. A reversão de uma aposta forte numa Escola Pública de qualidade que, contrariando o desígnio constitucional, coloque o privado em pé de igualdade com o público, adotando medidas como a recuperação dos contratos de associação de má memória, ou optando por outras do tipo “cheque-ensino” merecerão forte oposição do SPGL e da FENPROF.

Por outro lado, Fernando Alexandre terá de responder às reivindicações dos profissionais, de entre as quais, a devolução prometida do tempo de serviço cumprido pelos professores no período de congelamento. Também a quebra de atratividade da profissão docente, resultante da sua desvalorização, que está na origem da crescente falta de professores profissionalizados, terá que ser resolvida.

E não será com uma agenda neoliberal que se darão as respostas adequadas. Pela Escola Pública de Abril, sempre. Velhas vontades, nunca mais! ●



Ensino Superior e Investigação

MECI – Um megaministério



João Cruz
Dirigente DESI

O recém-empossado XXIV Governo Constitucional traz um só ministério para tratar do E. Pré-Escolar, Básico e Secundário, do E. Superior, da Investigação Científica e ainda da Inovação. Chama-se MECI - Ministério da Educação, Ciência e Inovação. Tem um ministro e três Secretários-de-Estado.

A experiência diz-nos que os megaministérios tendem a ser artimanhas organizacionais para se jogar um

ping-pong entre os Secretários de Estado e o seu omnisciente megaministro quando se pretende diluir responsabilidades, protelar medidas pró-trabalhadores *ad aeternum* ou aplicar a eito medidas anti-trabalhadores.

O MECI replica a configuração compacta usada nos governos da troika, o que, por si só, levanta um presságio glacial para quem vive do trabalho. O facto do professor agora nomeado para senhor MECI ser assíduo nos fóruns mega-liberais, onde o doce preconceito ideológico já substituiu os trabalhadores por “colaboradores”, já substituiu a precariedade por “empreendedorismo & talento” e trocou a praça de jorna por “ciência competitiva”, reforça o agoiro.

No Departamento de E. Superior e Investigação do SPGL estamos prontos para fazer frente a projetos que diluam os direitos, as aspirações e o rendimento dos trabalhadores do nosso sector. E estamos prontos para ajudar nos que seguirem na direção contrária. Independentemente da ideologia professada pelo Governo, e independentemente do tamanho do megaministério.●

Educação Especial

SPGL no Encontro “(RE)Construir a Escola Inclusiva: Desafios e Oportunidades”



Ana Cristina Gouveia
Coordenadora da Educação Especial do SPGL

O Sindicato dos Professores da Madeira promoveu o encontro de docentes de Educação Especial, “(Re) construir a Escola Inclusiva: desafios e oportunidades”, em 16 e 17 de fevereiro de 2024, no auditório daquele sindicato.

O SPGL aceitou o desafio, participando no painel “Realidade de Portugal Continental e da região autónoma dos Açores”, que encerrou os trabalhos no 1º dia. O tema desta participação foi: “Política sindical e atuação pedagógica a nível nacional: a realidade de Portugal Continental e da região autónoma dos Açores”.

Representantes de Educação Especial dos vários sindicatos da FENPROF e o Secretário-Geral, Mário Nogueira, compartilharam informações sobre as práticas e políticas educacionais nas diferentes regiões, refletindo sobre o muito que há para investir e concretizar, bem como as disparidades que ainda se verificam neste percurso.

A participação do SPGL foi fundamental para reafirmar o compromisso dos professores da Grande Lisboa com a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.●



Ultrapassagens: SPGL apresenta recurso

O SPGL vai recorrer da decisão do Tribunal Administrativo de Lisboa sobre a ação que apresentou em junho de 2019, em representação dos associados, relativamente às ultrapassagens na carreira docente.

O Gabinete Jurídico do SPGL foi notificado da decisão que a ação administrativa foi julgada “improcedente”.

A fase de recurso segue agora para o Tribunal Central Administrativo Sul.

Independentemente do recurso aos tribunais, o SPGL considera que teremos que manter viva a reivindicação.●

[+ info](#) 

Greve dos docentes de informática

Desde 8 de abril, professores de informática e, em algumas escolas, docentes de outras disciplinas, estão a fazer greve à manutenção dos equipamentos tecnológicos e ao suporte técnico de provas digitais.

Uma greve que incide sobre tarefas que, à falta de técnicos para as executar, estão a ser atribuídas aos docentes.●

[+ info](#) 

FENPROF denuncia irregularidades

A FENPROF reuniu, a 28 de março, com a Inspeção Geral da Educação. Entre os vários assuntos que se levaram a essa reunião, a FENPROF destaca: horários de docentes em regime de monodocência, abusos e ilegalidades nos horários dos docentes, tarefas atribuídas à margem do conteúdo funcional da profissão docente e constituição ilegal de turmas. O secretário-geral adjunto José Feliciano Costa, lembrou ainda a petição que será brevemente entregue na Assembleia da República.●

[+ info](#) 

SPGL participa na Jornada Reivindicativa da Frente Comum

SPGL participou no dia 19 de março, em Lisboa, na Jornada Reivindicativa da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública. Professores, educadores e investigadores, juntamente com todos os trabalhadores da Administração Pública, exigiram o aumento imediato dos salários, a resposta efetiva aos problemas dos trabalhadores e o reforço dos Serviços Públicos.●



Jornadas Pedagógicas - Pelos Caminhos da Arte

A Comuna e a “A Paixão Segundo o Teatro”

A equipa das Jornadas Pedagógicas

No dia 1 de março, as Jornadas Pedagógicas da DRL realizaram a sua primeira visita em 2024, uma visita ao teatro da Comuna para se assistir ao espetáculo “A Paixão Segundo o Teatro”, com João Mota, Maria Jorge, Miguel Sermão e Rogério Vale.

Fundada a 1 de maio de 1972, a Comuna assume-se como um laboratório vivo, de partilha e onde a prática teatral é encarada como um ato de resistência. “A Paixão Segundo o Teatro” reflete este posicionamento sobre o teatro e a vida.

A noite chuvosa contrastou com o acolhimento caloroso presente em todos os pormenores. Terminada a saborosa refeição, servida em ambiente familiar, os participantes assistiram ao espetáculo “A Paixão

Segundo o Teatro”, concebido por Brigitte Jacques-Wageman, a partir das aulas de teatro dadas por Louis Jouvet, no conservatório de Paris, em que este trabalha, com uma sua aluna, Paula Delhelly, a segunda cena de Elvira, de “D. João” de Molière.

O texto da peça corresponde a 7 lições, ao ensaio e às sucessivas tentativas de representação de uma única cena. Através das falas, o espectador assiste e é conduzido ao questionamento e reflexão sobre a fronteira e a transposição entre o “eu”, real, e o “outro”, entidade ficcional. O que está em cena é a construção da personagem, a essência da interpretação, da representação, do que é ser ator, impensáveis sem uma relação de confiança entre professor e aluna, que se vai construindo. Em cena, questiona-se a verdade na ficção.

Cada espectador viveu o momento de forma intensa e muito pessoal e as reações foram diversas. Destacamos aqui um excerto do pensamento e das palavras de Inez Marques, sócia e dirigente do SPGL:

«(...) Emudeci. Em cada segundo, revi tudo o que aprendi com ele, com os mestres que tive na vida! Aprendi muito, aprendo sempre com eles, mesmo que já não possa provar fisicamente com a maior parte deles (delas também, claro). Na realidade, na tal de duração vital, profissional e outras, não “fiz de atriz”, mas estive a maior parte da minha existência em palco. Fiz formações performativas ou lá o que se chama a isso. João Mota será sempre um Mestre Maior, um ser humano admirado de modo profundamente contido. Mas isso é outra coisa. Continuo em palco com plateias numerosas ou simplesmente com dois participantes nos atos, nas cenas nunca ensaiadas. Terão mais eficácia sempre que sejam profundamente sentidas, vividas em voo onírico com os fragmentos de vida lá dentro. Nenhum discurso intelectual por mais elaborado, treinado, depurado ou outra coisa mais que revele erudição e seja elitista será melhor, cativará o outro a ponto de o render completamente à total sedução, se não for autêntico, isto é, se não revelar a total entrega emocional e sentida, a genuidade do ator, ou atriz, quer seja no teatro, na escola, nas profissões performativas. (...)»

[Texto completo](#) 



Formar cidadãos que possam tomar conta do nosso planeta

Lígia Calapez | Reportagem

“O grande objetivo de todos estes projetos é trabalhar em prol dos alunos, com vista a formar cidadãos conscientes, intervenientes, capazes de, no futuro, tomar conta do nosso planeta.

Palavras de Élia Martins, coordenadora do projeto Escola Azul na Escola Básica e Secundária Anselmo Andrade, em Almada. Mas que refletem uma ideia partilhada por Isabel Marques, coordenadora do Plano Anual de Atividades, e Teresa Cardoso, coordenadora do programa Eco-Escolas. E que subjaz à impressionante miríade de

projetos – implementada por uma escola que, de há muito, é considerada “uma escola de projetos” –, de que aqui se esboça uma pálida ideia.

Em causa estão projetos internacionais, nacionais, locais e de turma. “Tentamos que todos eles entrem, em conjunto, para o grande objetivo de desenvolver as aprendizagens essenciais nos alunos”, afirmou Élia Martins. Nesta perspetiva, o que importa “é que eles, de facto, compreendam que têm uma palavra a dizer, e que o seu modo de atuar, a sua preocupação, aquilo que fazem, conta. Seja pouco, seja muito, conta. E, trabalhando em conjunto, todos, contamos mais”.

Começando por transmitir uma visão geral, Isabel Marques destacou o caráter transversal de muitos destes projetos, “que abrangem diferentes áreas do saber”.

Nesta linha entram, nomeadamente, projetos como o Erasmus KA2, de formação de professores, ou o eTwinning, envolvendo em particular professores de inglês (a língua do projeto), mas “em que, efetivamente, são trabalhadas as diferentes áreas do saber. As artes, as ciências, as humanidades”. Ou projetos mais específicos, relacionados com as ciências, a sustentabilidade, projetos ambientais, como o Escola Azul ou o programa Eco-Escolas.

Uma das mais-valias realçadas nos projetos internacionais, tanto por Isabel Marques como por Elias Martins, é darem a possibilidade,



a muitos alunos, de “ter experiências com realidades muito distintas das nossas. Aprender, mas também partilhar aquilo que de bem se faz aqui em Portugal, e, nomeadamente, na nossa escola”. E Élia Martins referiu um exemplo concreto. “Levámos alunos à Turquia. Que ficaram, de facto, sensibilizados para as questões educacionais, nomeadamente das mulheres, na Turquia. E eu acho que isso é muito importante. Essa partilha de experiências”, comentou.

Educação ambiental, método científico e ciência cidadã

Piratas de Plástico (Plastic Pirates - Go Europe!), um projeto europeu (coordenado em Portugal pela Ciência Viva), enquadra-se, exatamente, numa perspetiva de ciência cidadã.

“O objetivo seria perceber o que se passa com os rios, de que modo é que o lixo e os plásticos estão a ser utilizados. Que os plásticos que chegam aos rios, depois, é claro, vão acabar no mar”, disse Isabel Marques. Os alunos e as escolas participam na monitorização das praias fluviais (no caso, desde a zona do embarque em Cacilhas, até à Cova do Vapor), “em termos de contabilização, identificação dos plásticos, dos lixos que surgem”.

“É muito importante um método científico na execução do projeto”, destacou Teresa Cardoso. “Não é apanhar os lixos à-toa”. Ou seja, “vendo



a origem, eles compreendem a importância de não se deitar os resíduos, nem que seja para o chão. Porque depois esses resíduos, pelas sarjetas, vão parar também aos rios. E compreendem a importância da reciclagem, da reutilização e da redução dos resíduos”.

Trabalho colaborativo e embaixadores do ambiente

“Um aspeto que para nós é muito importante – é o trabalho colaborativo”, salientou Élia Martins. “Há atividades que visam proteger o oceano, há atividades que visam proteger as florestas. Mas a Terra é única, o nosso planeta é único e, portanto, trabalhamos em conjunto para proteger o ambiente do nosso planeta. E, trabalhando em conjunto, faz parte dos objetivos do projeto Escola Azul e, também, do programa Eco-Escolas, designarmos alunos que representam os outros e que chamam a atenção para as questões do ambiente”. São os embaixadores do ambiente.

O que se pretende “é que o embaixador do ambiente seja o elo entre a coordenação dos projetos e a turma. E que traga ideias da sua turma para os projetos, e que leve ideias para implementar”, disse Élia Martins.

Uma prática que conflui para um dos grandes objetivos da cidadania, como realçou Isabel Marques: “conseguir dar voz aos alunos, para que eles tenham uma voz ativa na elaboração desses projetos e na sua conceção, planeamento”.

Mais informação: [escola-azul](#) [+ info](#) [eco-escolas](#) [+ info](#)





Lídia das Neves Boto
Advogada

Direito à consideração e à colaboração

No seguimento da análise aos direitos fundamentais inerentes ao exercício da docência, iniciada no artigo passado, venho hoje falar de um que, além de estatutário, acompanha a vida de um professor desde a sua primeira até à última aula: o Direito à consideração e à colaboração da comunidade educativa, previsto no artigo 9.º do ECD. “1 - O direito à consideração exerce-se no plano da relação com os alunos, as suas famílias e os demais membros da comunidade educativa e exprime-se no reconhecimento da autoridade em que o docente está investido no exercício das suas funções. 2 - O direito à colaboração das famílias e dos demais membros da comunidade educativa compreende o direito a receber o seu apoio e cooperação activa, no quadro da partilha entre todos da responsabilidade pelo desenvolvimento e pelos resultados da aprendizagem dos alunos.”

Mais do que nunca este dispositivo legal deve ser revisitado e lembrado aos educadores e professores das escolas públicas. Num contexto de trabalho diário nas escolas em que os docentes estão sujeitos a ambientes de uma certa ingerência e interferência de todos os intervenientes no processo do ensino das aprendizagens, é importante realçar que é ao educador e ao professor que estão garantidas a autoridade e as competências necessárias para exercer e fazer cumprir os planos de actividade, os currículos e, principalmente, decidir dentro da

sala de aula a forma, o método, as estratégias para alcançar as aprendizagens. É, assim, o educador de infância ou o professor em quem o legislador investiu do poder de decidir e exercer a autoridade dentro da escola e da sala de aula, naturalmente observado o projeto escolar. O docente constitui a autoridade na relação educativa dentro e fora da sala de aula. Nesta perspetiva, são de salientar os termos da norma “O direito à consideração exerce-se no plano da relação com os alunos, as suas famílias e os demais membros da comunidade educativa e exprime-se no reconhecimento da autoridade em que o docente está investido no exercício das suas funções”. •



Elisabete Zagalo
Dirigente SPGL

perguntas **com** resposta

PERGUNTA

Quantos dias de gozo de férias têm direito o pessoal docente?

Têm em regra 22 dias de férias, conforme estabelecido no ECD, e determinado nos artigos 126.º da LTFP e 122,º do mesmo diploma, por remissão para o CT, acrescidos de 1 dia por cada 10 anos de serviço. No caso dos docentes com contrato a termo resolutivo, o mesmo deverá terminar com os dias de férias incluídos. O docente com um contrato cuja duração total do vínculo não atinja seis meses, tem direito a gozar dois dias úteis de férias por cada mês completo de duração do contrato. As férias devem ser marcadas até 30 de abril de cada ano. Cabe à Direção do AE elaborar o mapa de férias que deverá ser afixado no local de trabalho. •



"Está provado, segundo o pedagogo americano Terman, que os alunos não são todos iguais. A população escolar pode e deve dividir-se em cinco grupos, a saber:

- 1º - Ineducáveis (8%)
- 2º - Normais estúpidos (15%)
- 3º - Inteligência média (60%)
- 4º - Inteligência superior (15%)
- 5º - Notáveis (2%)

Eusébio Tamagnini - Ministro da Instrução Pública (1934)

1974-2024

25 ABRIL
AGORA E SEMPRE!
FASCISMO NUNCA MAIS





Eduardo Jordão
Dirigente SPGL

a voz a quem entra

Rodrigo Cabral é professor do grupo de recrutamento de Economia e Contabilidade, tem 29 anos, dá aulas há 3 anos.

E.J.: Sei que, embora a tua profissionalização seja em Economia e Contabilidade, estás a lecionar outras disciplinas. Como lidas com a situação?

R.C.: Segundo o que se divulga na profissionalização em Economia e Contabilidade, e apesar da designação cingida a duas disciplinas, o grupo está fundado numa ideia de holismo das Ciências Sociais (CS) e de incentivo à capacidade de investigação do docente. A verdade é que, na prática, não somos doutos professores das CS, mas sim multitaskers que lecionam tudo sem serem nada. Ao invés de uma função com seriedade pedagógica e científica, lecionar no 430 é estar subjugado à rotatividade de hoje lecionar Economia e amanhã Técnicas de Secretariado, e à obrigação de, em dis-

ciplinas como a segunda, destinadas a cursos importados do IEFP, sermos formadores sem currículos consolidados e, por isso, apartados do rigor de outras disciplinas. Nesse contexto, uma saudável autonomia para a investigação e seleção de conteúdos para programação curricular surge não como realização intelectual, mas antes como um voluntarismo em tapar buracos de um Ensino Profissional que, segundo a minha experiência, resume-se a uma recruta laboral dos alunos.

Que problemas encontraste nestes 3 anos de docência?

Talvez o que mais me tem angustiando é verificar que a obediência a formalismos para vigilância da minha “produtividade”, paradoxalmente produtora de ineficiência, não só é mais valorizada que a preocupação com os alunos, como também afeta a minha disposição para ser crítico e consciente da estrutura que me envolve. A isso adiciona-se o conflito ético em constatar que toda a exigência de rigor nada mais é do que uma estética que oculta uma tremenda negligência institucional e cujo escrutínio, num contexto de uma gestão pouco democrática, é quase inexistente. De facto, os momentos de reunião, que deveriam ser espaços de discussão da realidade escolar, reduzem-se ao exame de “resultados” pelo preenchimento de instrumentos de controle que, por surgirem como fim em si mesmos, são vazios de propósito. No final de contas, sinto que, ao invés de ser um agente ativo na transformação da escola, somente consigo minorizar estragos de um ensino cujo produto é alheio aos sujeitos que o produzem.

O que te levou à sindicalização e qual o papel que achas que o sindicato deve ter na vida dos docentes?

Perante o desgaste de me deparar com uma estrutura maior do que eu, compreendi que a concretização da minha vontade em construir uma escola para os alunos, e a subsistência de tal disposição ética, é vã no voluntarismo, sendo somente possível no seio de uma coletividade forte e concreta, como é o sindicato. Com o sindicato, há mais liberdade para assumir, sem receios, um papel ativo tanto na docência como na ação política de combate à manutenção e o reforço de lógicas de vigilância e subserviência.●



LISBOA, 23/3/24

Semana da Igualdade e Manifestação das Mulheres



Ana Bexiga
Dirigente SPGL

Ao longo do mês de março, no âmbito do Dia da Mulher, realizaram-se diversas iniciativas. Tendo em conta que a maioria dos professores são mulheres, o SPGL não podia deixar de estar presente e tomar iniciativa.

No dia 8 de Março o Grupo de Trabalho da Igualdade do SPGL lançou a iniciativa *50 fotografias de março a abril* com a publicação diária de fotografias e o objetivo de dar

visibilidade à luta das mulheres em defesa dos direitos de Abril.

Na Tribuna Pública realizada no dia 22 de março, no encerramento da Semana da Igualdade, vários representantes sindicais deram o seu testemunho sobre situações onde os direitos das mulheres, das crianças e das suas famílias ainda não estão a ser cumpridos.

No dia 23 de março o SPGL, integrando a comitiva da Comissão para a Igualdade da CGTP-IN e da União dos Sindicatos de Lisboa, participou na Manifestação das Mulheres onde, juntamente com mais de mil pessoas, apelaram à igualdade de direitos para defender as conquistas de Abril. Uma manifestação onde se gritou “Somos muitas, muitas mil, mulheres unidas a defender Abril!” •

Manifestação de jovens trabalhadores



No dia 27 de março, em Lisboa e no Porto, centenas de jovens trabalhadores saíram à rua contra o aumento do custo de vida, pelo aumento do salário, contra a desregulação dos horários de trabalho e pelas 35 horas para todos, pelo combate à precariedade

e pela defesa da contratação coletiva.

Em Lisboa, os professores e o SPGL juntaram a sua voz à de todos os trabalhadores, numa demonstração de força que nem a chuva fez parar. Os jovens professores exigem o fim da precariedade (não é admissível que a idade média de vinculação seja aos 46 anos), exigem melhores salários que permitam o acesso à habitação, exigem horários de trabalho dignos, exigem a gestão democrática das escolas e uma carreira que ofereça perspectivas de futuro.● **Eduardo Jordão** | Dirigente SPGL

Comemorar a Constituição de Abril



No dia 2 de abril de 2024, dia em que se assinalam 48 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa, dirigentes, delegados e ativistas do SPGL participaram na iniciativa «Comemorar a Constituição de Abril», realizada no Largo do Carmo, no seguimento do Apelo convocado por inúmeras organizações, entre as quais a

União dos Sindicatos de Lisboa - CGTP-IN e a FENPROF.●

Jornada da Frente Comum



Dirigentes, delegados e ativistas sindicais do SPGL participaram no dia 5 de abril, na Concentração promovida pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública em frente ao Ministério da Saúde, sob o mote «Defender o Serviço Nacional de Saúde | Cumprir Abril».●

Municipalização, a saga continua...

Maria do Céu Lopes | Dirigente Sindical

Recordemos:

2018 - A lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, transfere para todos os órgãos municipais a competência de recrutar, selecionar e gerir o pessoal não docente, ignorando que os órgãos das escolas são as entidades mais conhecedoras e competentes para desempenhar essas funções, porque estão no terreno, em contacto direto com os eventuais candidatos e conhecem, como ninguém, as necessidades das suas escolas.

Neste mesmo ano, o Conselho Municipal de Educação aprovou uma recomendação, criticando o processo e alertando para as consequências negativas das medidas previstas, sugerindo alternativas que o governo deveria seguir.

2024 - 6 anos depois a recomendação caiu em “saco roto”. Os municípios e a tutela “sacodem a água do capote” num “jogo de empurra” que exaspera as direções das escolas, as assistentes operacionais, os docentes, os alunos e as associações de pais mais conscientes.

O agrupamento de escolas de S. João da Talha no concelho de Loures, tal como muitos outros, debate-se há já algum tempo com a falta de pessoal não docente. Tal como os docentes, estes trabalhadores estão doentes e exaustos por passarem anos a “tapar buracos”, assegurando serviços que não são da sua competência, tudo em prol do bem-estar dos alunos.

Testemunhei, durante este ano letivo, os inúmeros alertas e diligências feitos pela direção junto das entidades competentes (Câmara Municipal de Loures e DGEstE), as intervenções feitas no Conselho Municipal de Educação, sempre com o objetivo de evitar o inevitável. (...)

[Texto completo](#) 



Sílvia Timóteo
Dirigente do SPGL

internacional

Palestina vencerá!

Realizou-se, em Lisboa, no passado dia 6 de abril, mais uma manifestação de apoio e solidariedade para com o Povo Palestino. Nela participaram milhares de cidadãos que, incapazes de se manterem indiferentes ao genocídio a que assistem há meio ano, saíram à rua em protesto.

A impunidade com que o Estado de Israel tem agido, desde o início da guerra, violando sistematicamente os Direitos Humanos, cometendo crimes de guerra, como o corte de eletricidade, água e distribuição de alimentos, bombardeando indiscriminadamente civis (mais de 30 mil mortos), destruindo infraestruturas, como hospitais, assassinando médicos, jornalistas e membros de organizações humanitárias, num território cercado sem qualquer possibilidade de fuga, só é possível com o apoio e cumplicidade de grandes potências como os EUA, da UE e da ONU.

A tudo isto, o mundo assiste em direto e é impossível continuar a justificar esta chacina em nome do direito de defesa e muito menos aceitar o argumento, utilizado por Israel, de que quem não está com eles é contra os judeus. A estratégia de vitimização de Israel, de tentar confundir anti-semitismo com anti-sionismo, cai por terra quando, um pouco por todo o mundo e até em Israel, assistimos a manifestações de judeus de condenação a Israel dizendo “Não em meu nome”.

O projeto sionista do Estado de Israel sempre foi, desde a sua criação, um projeto colonizador, assente em falsos argumentos como a ideia de que a Palestina era uma terra desabitada e a terra prometida dos judeus, alicerçado em políticas de segregação (apartheid) que, aliadas a uma propaganda de desumanização dos palestinianos, pretendia expulsá-los da sua legítima pátria para poder criar um Estado exclusivamente judeu.

Contra a hipocrisia do Conselho Geral das Nações Unidas e a cumplicidade e apoio de países como os EUA, que não só se recusam a condenar Israel como continuam a alimentar esta guerra e a chacina de milhares de palestinianos inocentes, através da venda de armamento e do apoio público a Israel, é essencial que manifestações como esta se mantenham e multipliquem por todo o mundo como forma de pressão para que o cessar-fogo imediato, a ajuda humanitária e o reconhecimento do Estado soberano da Palestina se concretizem o quanto antes.●





CONCERTO DO CINQUENTENÁRIO DO
SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA
FUNDADO EM 2 DE MAIO DE 1974

Júlio
Resende

Fado Jazz — Filhos da Revolução

Brigada
Victor Jara

SPGL
TANTOS ANOS
COMO ABRIL

FÓRUM LISBOA

5 DE MAIO DE 2024 | 17H

Titulos de Solidariedade disponíveis na Sede e nas Delegações do SPGL

Concerto 50

anos SPGL

Entrevista

a Júlio Resende

e Manuel Pires

da Rocha

[Brigada Victor

Jara]

Este é também o mês de Abril e, passados 50 anos, os Professores têm de estar na rua a celebrar a Revolução, a celebrar a Escola Pública, a Democracia, os direitos da Constituição. E Maio é o mês da comemoração dos 50 anos do SPGL, o nosso sindicato, que celebrará este dia em sessão solene numa Assembleia Geral de Sócios, no dia 2 de maio, no ginásio da escola Manuel da Maia, onde milhares de professores se reuniram em 1974 e que, por razão da exiguidade do espaço, rumaram ao então Pavilhão dos Desportos, onde, numa assembleia histórica da classe docente, fizeram nascer este sindicato. Mas Maio será também o mês do grande Concerto do Cinquentenário do SPGL, a realizar no dia 5 de maio, a partir das 17 horas, no Fórum Lisboa, em Lisboa, com a participação muito especial de Júlio Resende Fado Jazz – Filhos da Revolução e Brigada Victor Jara. Neste caderno apresentamos uma entrevista a Júlio Resende e Manuel Pires da Rocha. ●



Fotografia de Júlio Resende © ACT Hugo Silva

Entrevista a Júlio Resende

Sou um grande defensor da arte que é ser um professor

Sofia Vilarigues e Lígia Calapez | Jornalistas

Como começou a tua carreira de músico?

A minha carreira de músico começou aos 4 anos, quando o meu pai me ofereceu um teclado. Acho que é o primeiro gesto, a primeira pedra no charco. E depois, do ponto de vista profissional, em relação à cena jazz, quando lancei o primeiro disco, em 2007, o dA Alma. Aí se inicia, obviamente, o meu trajeto discográfico e também começo a fazer concertos, de um modo mais vincado e mais constante. Então, eu diria que são esses os dois gestos primordiais dessa carreira.

O que te levou ao fado-jazz?

Em 2007, comecei a fazer um dueto de fado com uma fadista que é a Vânia Conde. Porque na Fábrica Braço de Prata, para além dos concertos de jazz que eu fazia na Fábrica, havia também uma jam session de fado e uns concertos de fado, que eram feitos ao sábado. Eu comecei a ir também a esses concertos e, depois, fiz um dueto com a Vânia Conde e fui desenvolvendo as ideias entre o fado e o jazz, até sair o Amália por Júlio Resende, que é o primeiro disco onde eu cruzo os dois mundos.

Que inspirações musicais ou outras, tens?

Tenho muitas inspirações musicais. Muitas, muitas, muitas.

São tantas que até estranho dizer quais são. As minhas inspirações musicais são desde a cena jazz, a todos os músicos que eu ouvi, ao fado, à Amália, ao Carlos Paredes, Camané, Ana Moura, toda a gente que eu escutei e fui escutando, a música clássica.

E fora da música, no âmbito da literatura e da filosofia, também encontro muita inspiração nessas outras artes ou ciências humanas.

Que projeto vens trazer a este concerto do aniversário dos 50 anos do Sindicato?

Vou levar o Fado Jazz Ensemble, que é uma banda, guitarra portuguesa, piano, contrabaixo e bateria. E vamos tocar um disco, o último disco, que se chama Filhos da Revolução, que é dedicado à Revolução e ao fim da guerra colonial, das guerras coloniais. É um disco que me deixa muito feliz por existir. Porque, para além de ser a continuidade do projeto, que já tinha um primeiro disco, celebra aquilo que é fundamental celebrar diariamente, que é a capacidade que tivemos de nos libertar de uma ditadura e começar a desenhar uma democracia com o poder pelo povo. E com a liberdade de pensamento, de expressão, de ação. E também o fim da guerra colonial. Foi um poupar de vidas absolutamente maravilhoso.

Como sentes a tua participação numa iniciativa do SPGL, num momento tão delicado para a escola pública?

Essa é a parte mais bonita deste concerto. É que eu sou um grande defensor da arte que é ser um professor ou uma professora. Acho que o respeito



Júlio Resende © ACT Hugo Silva

pelos professores e professoras devia ser máximo. A sociedade civil devia respeitar muito mais os professores e as professoras, mas mesmo muito mais.

Acho que há muito a fazer nesse campo. Porque os professores podem ser, são, degraus que, todos nós, que fomos alunos de alguém, podemos subir. E ir mais depressa a lugares e ver mais longe, através de subir esses degraus que os professores nos fornecem. Cada nova base de conhecimento é um novo degrau e uma nova possibilidade de nós vermos mais longe, subirmos mais alto e sermos melhores pessoas também.

A missão de ser professor é muito difícil. Deve ser também muito respeitada pelos próprios professores. Treinarem ao máximo as suas capacidades. E a missão de ser aluno e aluna tem que ser também uma missão levada muito a sério, com respeito máximo pelos professores. Máximo. Não é mínimo nem médio, é um respeito máximo. E da parte da sociedade civil também.

Eu acho que há muito a fazer nesse campo e é uma honra para mim participar neste concerto em honra dos professores.●



Fotografia de Pedro Medeiros

Entrevista a Manuel Pires da Rocha da Brigada Victor Jara

É música de reflexão, é música de festa, é música de celebração do conhecimento

Sofia Vilarigues e Lúgia Calapez | Jornalistas

Queres destacar alguns momentos da vossa já longa história enquanto banda?

A Brigada surgiu num momento de grande vitalidade da cultura portuguesa. Em 1975 Portugal iniciava um processo de redescoberta. Durante muitos anos a música da tradição oral foi abafada pelo ruído musical inventado pelo Secretariado Nacional de Informação, o SNI salazarista. A Brigada pertence ao primeiro movimento de grupos de jovens do pós 25 de Abril, que pretendia intervir na vida do país através da recuperação dos valores

culturais identitários. Esse é apenas o momento inicial, o de participar nas ações de dinamização cultural e política. Viria o Verão Quente e a ofensiva reacionária com toda a sua violência. Recordo momentos de grande tensão, como em Cantanhede em que fomos evacuados pela GNR, ou em Coja em que tivemos de abandonar uma sessão perante um violento boicote. Mas antes e depois disso, estivemos presentes nas conferências da Reforma Agrária, nas jornadas de trabalho voluntário, nas homenagens a figuras da resistência, andámos pelo estrangeiro, por todos os continentes, tocámos em palcos bem equipados e em estrados precários ou no chão, estivemos junto da diáspora e em lugares sem nenhum português, partilhámos palco com o Manuel Freire, com o Adriano Correia de Oliveira, com o Zeca Medeiros e muitos mais. Estivemos em inúmeras iniciativas sindicais e políticas, apresentámo-nos em coletividades de cultura e recreio. São centenas de momentos da nossa vida, afinal confundida com a vida política e cultural do nosso país.

Há quem vos considere como pioneiros na valorização e divulgação da música tradicional portuguesa. Queres comentar?

Eu diria que somos herdeiros de um propósito de construção artística a partir da música tradicional portuguesa. Os pioneiros foram Fernando Lopes Graça, José Afonso, Adriano Correia de Oliveira e poucos mais. Na verdade, a luta contra o regime fascista incorporou nos reportórios destes artistas a música do nosso povo. Tratava-se de incorporar na banda sonora da vida as sonoridades relacionadas com o dia a dia do nosso povo. O que a Brigada fez foi usar o trabalho de Michel Giacometti para implantar, num tempo democrático, a música que já vinha sendo feita nos círculos da resistência. Pioneiros teremos sido apenas na utilização sistemática de instrumentos populares portugueses (juntamente com o GAC, o GEFAC e alguns mais). A gaita de foles, por exemplo, era à data de início do trabalho da Brigada, do GAC e do GEFAC um instrumento exótico, ou pertença exclusiva dos gaiteiros dos meios rurais. O que a Brigada e os grupos referidos fizeram foi enquadrar esses instrumentos em ambientes que lhes eram estranhos. No resto, isto é, no uso da música tradicional, fomos, como disse, herdeiros de um propósito democrático de afirmação dos valores da cultura nacional, da sua valorização enquanto universo artístico de pleno direito.

Como caracterizas a música que fazem atualmente?

Eu diria que é música do nosso tempo, ancorada na música da tradição oral enquanto ponto de partida para a criação artística, música sensível às sonoridades de diferentes ambientes sonoros, de diversos tempos sonoros. O nosso propósito não é o do resgate, o que seria insuportavelmente paternalista. O nosso propósito é o da construção artística misturando os sons e herdados com aquilo que pudermos dar a herdar - o futuro dirá se o conseguimos, ainda que a nossa ambição não possa ser, é da perenidade. Somos um grupo de música para os dias de Hoje. A música que fazemos não é dissociável da luta contra a estandardização cultural, a favor da diferenciação e da construção de um mundo multi-sonoro. A nossa música quer ser uma vibração no ruído geral.

O que é que a Brigada vem trazer a este concerto do aniversário dos 50 anos do SPGL?

O que aqui traremos é o resultado de quase 50 anos de invenção sonora. É um testemunho da música do nosso povo, cantada por gente que não lavra a terra, mas não se esquece que dela todos provimos. É música de reflexão, é música de festa, é música de celebração do conhecimento, já que a arte é, ela própria, conhecimento adquirido nas voltas da vida. É música tocada também por professores, já que alguns músicos da Brigada foram ou são professores.

Como sentem a vossa participação numa iniciativa do SPGL, num momento tão delicado para a escola pública?

Sentimos que, uma vez mais, faz sentido chamarmo-nos Brigada e Victor Jara. Brigada enquanto elemento preparado para a intervenção política e cívica. Victor Jara enquanto bandeira na defesa dos valores da democracia, neste caso dos valores da escola pública. Estarmos presentes numa iniciativa de um sindicato com a importância do SPGL dá sentido à nossa existência enquanto grupo comprometido com os chamados valores do 25 de Abril. Não é o mesmo tocar numa sala de espetáculos ou num palco sindical. Os dois são essenciais, mas o palco sindical é o da afirmação pela luta, mais relevante ainda neste tempo de ameaça à própria democracia.●



"As Mulheres de Maria Lamas"

No dia 11 de março, comemorámos o Dia Internacional da Mulher, com uma visita à exposição “As Mulheres de Maria Lamas” na Fundação Gulbenkian. Exposição que mostra pela primeira vez, em Portugal, a obra fotográfica de Maria Lamas (1893–1983), jornalista e escritora, pedagoga e investigadora, tradutora e fotógrafa, lutadora pelos direitos humanos e cívicos em tempos de ditadura e sempre empenhada nos movimentos de defesa dos direitos das mulheres. Foi porventura a mais notável mulher portuguesa no século XX. Dela perdura a memória da sua afirmação e ação política durante o Estado Novo, que a levou à prisão em 1949, 1951 e 1953 e ao exílio em Paris (1962–1969). (...)

[Texto completo](#) ↗



“Conversa com Américo Nunes”

No dia 28 de fevereiro, na sede do SPGL, realizámos a primeira sessão deste novo projeto, incluído na comemoração dos 50 anos do SPGL, tantos anos como Abril, com uma conversa com Américo Nunes, ex-dirigente da CGTP, acerca da sua obra “Conversas carregadas de História com dez sindicalistas de Abril”.

Esta sessão foi dinamizada pelo nosso dirigente António Avelãs, que realçou a importância destes testemunhos sobre acontecimentos que marcaram a vida nacional antes e depois do 25 de Abril.

O livro reflete as contradições - e o modo como foram superadas - que surgiram no decorrer do processo revolucionário, na definição do papel do movimento sindical unitário, com testemunhos sentidos de intervenientes sobre a luta num período marcante da vida nacional.●



Galeria de fotografias



“Conversa com Conceição Matos e Domingos Abrantes”

Em 20 de março, teve lugar a segunda sessão de Conversa, com Conceição Matos e Domingos Abrantes (antifascistas, ativistas políticos e ex-presos políticos, militantes do PCP), para a apresentação do livro “Elas estiveram nas prisões do fascismo” editado pela URAP.

Esta sessão iniciou-se com uma intervenção do dirigente do Conselho Diretivo da URAP, João Neves, que referiu a ação didática e social que esta associação tem desenvolvido desde a sua fundação em 1976, que integra a publicação de obras em que se faz o estudo do que foi a luta pela implantação da democracia em Portugal, onde se inclui a que abordamos hoje, um contributo para resgatar do esquecimento o relevante papel das mulheres no combate à ditadura fascista e à igualdade.

Seguiram-se as intervenções dos convidados que nos falaram da obra, das suas experiências, das suas vidas, realçando o papel da mulher sob o fascismo, nas cadeias, nas lutas sociais e nos combates pela democracia.

Duas intervenções extraordinárias que os participantes aplaudiram com fervor e emoção – vivam a Liberdade, a Democracia e a Igualdade.●

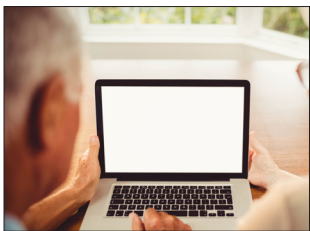


“Roteiro Literário Levantado do Chão”

No âmbito das ações socioculturais, realizou-se, no dia 13 de março, o Roteiro Literário Levantado do Chão com a colaboração da Fundação José Saramago e da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Com partida de Lisboa e passagem por Setúbal, o primeiro momento deste roteiro foi em Évora, naquela que foi a primeira Biblioteca Pública em Portugal e onde José Saramago consultou jornais locais de 1936 com notícias do comício dos nacionalistas, referido na obra “Levantado do Chão”. Os 51 participantes no roteiro literário puderam contactar os ditos jornais da época e, seguidamente, a praça de touros em Évora onde o referido comício anticomunista decorreu. Em Santiago do Escoural visitaram o memorial dos 40 anos do 25 de Abril, (...)

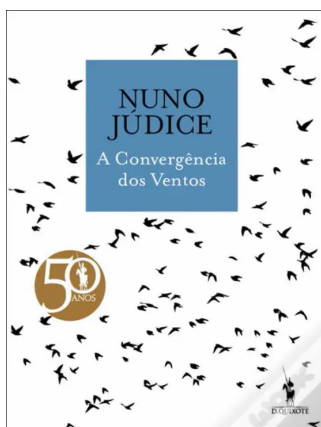
[Texto completo](#) 



FENPROF lança Petição contra lei injusta que impede a atualização das pensões, de forma irreparável

Dirigida à futura Assembleia da República, a FENPROF decidiu promover uma [petição contra as injustiças geradas por uma disposição legal profundamente injusta](#), aplicada desde 2006 pelos sucessivos governos, que reduziu, para toda a vida, as pensões daqueles que se reformaram/ aposentaram ao longo destes anos.

Porque a Lei 53-B/2006 é uma lei injusta que impede a atualização das pensões, não só no ano da reforma ou da aposentação, mas também no ano seguinte, o que causa uma perda de poder de compra a todos os pensionistas e ameaça os trabalhadores no ativo, os signatários desta petição, que está agora em circulação pelo país para recolha de subscrições, reclamam que a Assembleia da República tome as medidas necessárias para a sua revisão urgente.●



LEITURAS

A convergência dos ventos Nuno Júdice (1949-2024)

«(...) Creio que *A Convergência dos Ventos* respira de algum modo sob uma tensa harmonia entre o que a memória reproduz e o ver objectivo produz. Dito de outro modo, estamos perante uma poesia que se equilibra, sustentada por uma poderosa e eficaz imaginística, entre um passado e um presente de onde o poeta parte, consciente de que

*Continuo em frente para/
Onde me esperam os novos funerais do mundo*

Nuno Júdice, sabendo que é possível a comunicação entre os humanos, qualquer que seja a circunstância histórica, assume-se, como todos os grandes poetas, um fazedor de mundos, os seus poemas, que constrói com palavras diria que renascidas na sua mão, sejam de júbilo ou amargura, de nostalgia ou esperança, de ironia ou crueldade, e fá-las explodir, por vezes de forma deslumbrante, no universo dos seus leitores a quem deixa um ethos poético outonal, mas ondulando ao vento da primavera e ao vento do verão, ventos que sopram de múltiplas formas e convergem nos poros do poema que é onde nasce a beleza.» ●

Excerto do texto de Paulo Sucena, originalmente proferido por ocasião da atribuição do Prémio António Gedeão (FENPROF, 2016) a Nuno Júdice.



ficha técnica

Diretor José Feliciano Costa | **Chefe de Redação** Manuel Guerra **Conselho de Redação** Anabela Tavares, Dulce Arrojado, Paula Rodrigues, Jorge Humberto, Graça Sousa, Tiago Dias, António Avelãs, Sara Covas **Composição** Fátima Caria **Jornalistas** Lígia Calapez, Sofia Vilarigues **Paginação e Grafismo** Dora Petinha **Capa:** D.I.P. **Fotografia** Joana Rodrigues **Revisão** Lígia Calapez **Edição e Propriedade** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa **NIPC** 501057528 **Periodicidade** Mensal **Depósito legal** 9157/85 **ICS** 109893

FÓRUM LISBOA

5 DE MAIO DE 2024 | 17H



Títulos de Solidariedade disponíveis na Sede e nas Delegações do SPGL



Sindicato dos Professores da Grande Lisboa
membro da FENPROF

Sede
Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
spgl@spgl.pt
Direção: spgl@dir.spgl.pt
www.spgl.pt

Direcção Regional de Lisboa

Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direcção Regional do Oeste

Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa,
4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065

Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt

Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol
Jardim, Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634
Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S.
Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes

Tel: 241365170
Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
Santarém
Rua Vasco da Gama,
16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790
Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
Tomar
Av. Ângela Tamagnini,
nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196
Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

Torres Novas
R. Padre Diamantino
Martins, lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734
Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca,
5 - 2º 2900-218 Setúbal
Tel: 265228778
Fax: 265525935
setubal@spgl.pt

Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40
- r/c 2830-336 Barreiro
Tel: 212079395
Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt

Almada
R. D. Álvaro Abranches
da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813
Fax: 212722865
almada@spgl.pt

www.spgl.pt

